

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO EM CAMPO DO BRITO, SERGIPE

Vanessa Dias de Oliveira¹
Bruno Andrade Ribeiro²

Resumo

O texto discorre sobre a reestruturação produtiva do capital em povoados e comunidades agrárias do município sergipano de Campo do Brito. Um processo que tem implicado em uma mobilidade territorial do trabalho para os camponeses, que mesmo com a posse da terra, o plantio e o cultivo de mandioca, milho, feijão e amendoim, se deslocam para os centros urbanos ou mesmo no próprio campo, tornando-se informais. Os relatos e observações realizados ao longo da pesquisa fornecem argumentos para a fundamentação sobre como o discurso do agronegócio tem se apropriado do espaço, forçando o ser social a buscar estratégias de sobrevivência e resistência em seu âmbito de realização.

Palavras-chave: Trabalho, Campesinato, Reestruturação Produtiva.

Introdução:

A *priori*, pensar o campo enquanto *locus* de contradições sociais, passa por contrariar os discursos do capital e ler o espaço agrário a partir da ótica da totalidade. Desse modo, o escrito tece considerações sobre como a reestruturação produtiva pós-1973 implicou em reordenamentos territoriais para os sujeitos que habitam e resistem nos povoados e comunidades camponesas brasileiras. Nesse sentido, a categoria trabalho adquire centralidade no debate proposto, pois em um mundo reificado pelas forças produtivas capitalistas, o labor se intensifica enquanto mercadoria e condição fundamental para a extração de mais-valor/mais-valia, ou seja, estranho ao trabalhador (ALVES, 2012; OLIVEIRA, 2012).

Em sua tese de doutorado, Santos (2012, p. 21) pontua que: “(...) a principal categoria no processo de produção e organização do espaço rural e urbano – a categoria trabalho – continua a fazer parte dos discursos sobre o campo e a cidade”. A Geografia, ao tentar ajudar as pessoas a entenderem o mundo em que vivem (MORAES, 2009), se vale dessa categoria sociológica a fim de apreender o conflito que rege a sociedade capitalista, e mais

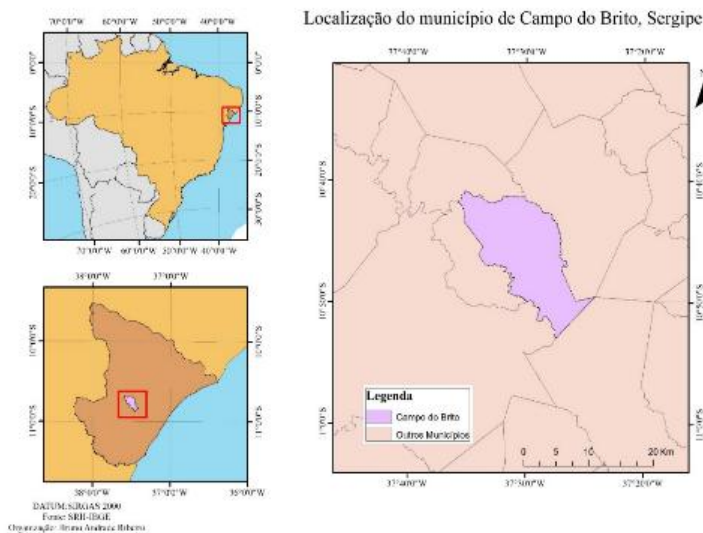
¹ Professora Dra. do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe (UFS/DGEI), vanessa25geo@yahoo.com.br.

² Discente da Universidade Federal de Sergipe (UFS/DGEI). Integrante do Programa de Educação Tutorial (PET), ribeiro.pensador@gmail.com.

especificamente, o campo e suas relações não-capitalistas: o território enquanto expressão das relações sociais produzidas de forma desigual (OLIVEIRA, 2002).

Quando foi realizado o mapeamento de relatos entre camponeses de povoados do município de Campo do Brito, em Sergipe (mapa 01, abaixo), enquanto procedimento metodológico, objetivou-se analisar a mobilidade do trabalho em locais onde os minifúndios sobressaem na paisagem, e é neste ponto que surge a primeira indagação: por que? Por que pesquisar um processo, na maioria dos estudos, intrínseco aos territórios do agronegócio (soja, milho, eucalipto, cana-de-açúcar...)?

A partir da análise de dados fornecidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas (DIEESE, 2013) sobre o mercado de trabalho no campo brasileiro, bem como, das observações feitas no espaço agrário do recorte analítico, percebe-se que, mesmo em atividades que mantêm o camponês em seu espaço de realização, o discurso do agronegócio adquire força e legitimidade, com o uso intensivo de venenos herbicidas e de máquinas no trato com a terra e cultivos. Desse modo, ao ver a renda da terra ser furtada de sua posse, o camponês busca formas de resistência para se manter enquanto tal: direcionam-se para centros urbanos a fim de exercerem ofícios diversos, ou, em alguns casos, debruçam-se em atividades comerciais no próprio espaço agrário.



Mapa 01 – Localização do município de Campo do Brito, Sergipe

Portanto, emerge a possibilidade de discutir a reestruturação produtiva do capital no espaço agrário sergipano, e as implicações no labor e no modo de ser camponês, principalmente com a intensificação do assalariamento e das formas precarizadas de trabalho.

A Geografia do (des) trabalho: reestruturação e mobilidade do/no labor humano

As profundas mudanças no mundo do trabalho, engendradas pela crise estrutural do capital e pela financeirização da economia, impuseram uma nova forma de relacionamento entre o capital e o trabalho. Consequentemente, a reestruturação produtiva do capital aparece com o propósito de redefinir, subordinar e ajustar o trabalho vivo abstrato em suas múltiplas faces como caminho para se livrar da queda tendencial da taxa de lucro.

Afirma Alves (2012) que as variadas ‘inovações’ (organizacionais, tecnológicas, sócio metabólicas, econômicas, político-administrativas e culturais) que emergem a partir dessa organização social do trabalho projeta-se enquanto caráter universal, mesclando-se com outros modelos de produção; e, adaptando-se territorialmente, a depender de cada condição nacional, regional, local/setorial.

No campo brasileiro a nova divisão territorial pautada por esta lógica da acumulação flexível se espacializa pela territorialização (expropriação da terra e a apropriação da mais-valia a partir da transformação dos trabalhadores em assalariados); pela monopolização do território pelo capital (por meio da extração da renda da terra via subordinação do trabalho camponês na imposição do que produzir) ou ainda pela variedade de formas do desemprego estrutural, e da informalidade, mobilidade, terceirização e flexibilização do trabalho, inéditas e precárias.

Nessa discussão, considera-se o município de Campo do Brito, localizado no território do Agreste Central Sergipano, enquanto lócus de estudo do processo de reestruturação produtiva capitalista e as suas implicações no trabalho camponês. Desse modo, objetivou-se desvelar as recentes transformações do mundo do trabalho no campo, atentando para o aumento da informalidade nos povoados do município em questão; bem como, compreender o processo de exploração do labor humano, através das tentativas de coerção do trabalhador rural, incentivado e obrigado a mobilizar-se para onde o capital se territorializa, sujeitando-se à precariedade.

Para tanto, foram realizadas leituras de referências sobre o mundo do trabalho e as recentes metamorfoses vinculadas a uma exploração cada vez maior do trabalhador e, sobretudo, ao entendimento sobre as variadas facetas da informalidade do trabalho, que segundo Antunes (2005) se configuram em um processo em curso, travestido sob o discurso de emancipação do trabalhador. Ao mesmo tempo foram feitas pesquisas de campo para povoados do município de Campo do Brito (que ocupa papel expressivo na produção de farinha de mandioca no estado de Sergipe), além de relatos dos camponeses sobre as transformações em seus modos de ser e de (re) produzir. Reitera-se que este cultivo historicamente faz parte do camponês em seu âmbito de relações sociais, ainda que desde 2010 a expansão cada vez maior do capital no campo venha monopolizando e territorializando-se sobre essa cultura que é a principal fonte de subsistência dos trabalhadores. Os sujeitos (homens e mulheres) que cultivam a mandioca e produzem a farinha passam à condição de ‘andarilhos’ e sujeitos ‘aparentemente supérfluos’ na trilha do capital, transformando-se em motoboys, em empregadas domésticas, trabalhadores autônomos, por “conta própria”, subcontratados, terceirizados, bicheiros, que fazem ‘bicos’ ou feirantes.

Tais mudanças expressam os desdobramentos da expropriação e subsunção ao capital, a perda do controle do trabalho relativamente autônomo. Para os que permanecem com a terra, as visitas às comunidades e as entrevistas permitiram visualizar que há um processo de alteração tecnológica em curso: a enxada é substituída pelas tecnologias e venenos, só sendo necessária durante a abertura de covas; que, cada vez mais, tem sido feita por trabalhadores especializados nesse ofício. O camponês, dono da terra, paga a quantia determinada pelo ‘abridor’ (que é o trabalhador que realiza a atividade de abrir covas e plantar caules de mandioca), que não varia entre trinta a cinquenta reais por dia de trabalho. Nesse sentido, desvela-se a essência propulsora do modelo de reestruturação produtiva vigente no Brasil desde os anos de 1990, que sedimenta a mundialização do capital e contribui para a constituição do precário mundo do trabalho nacional.

Resistência campesina no enfrentamento contra o capital

Para trabalhadoras como a Senhora G. A., a farinha não consegue mais oferecer renda para o trabalhador do campo, sendo que, o que a mantém enquanto atividade agrícola é a raspa, destinada para o consumo bovino. A casa de farinha, a malhada (minifúndio) e o curral de gado

configuram-se em formas espaciais integradas nos povoados Gameleira, Cercado, Terra Vermelha, Tabua e Pilambe, em Campo do Brito. O gado agrega lucro ao rendimento camponês, enquanto a malhada ainda mantém a força simbólica de constituir-se em bem geracional, sujeito à construção de casas para os filhos e netos do camponês e/ou potencial fonte de subsistência para o plantio de milho, amendoim e feijão, plantados juntamente com a mandioca nas épocas de chuvas constantes e destinados para o consumo próprio.

Neste contexto, a malhada ou roça (figura 01) aparece como a expressão da resistência das famílias camponesas que buscam a soberania alimentar, persistindo enquanto instrumento de resistência ao discurso do agronegócio, que dissolve tais relações sociais baseadas na coletividade humana. O regime de acumulação flexível, associado à presença de equipamentos que reduzem a demanda por trabalho manual, metamorfoseia o labor, encontrando-se intrínseco aos baixos salários, vinculados à falta de terra para a força de trabalho disponível no espaço rural, e ainda à presença de um Estado que nega uma política pública que realmente promova a autonomia e a permanência na terra.



Figura 01 – Camponês em trabalho nas roças de mandioca, 2016. Fonte: Ribeiro, 2016

Da precariedade surge a mobilidade territorial: os camponeses que não conseguem mudar-se para a cidade, tornam-se ambulantes, trabalhadores informais em feiras e comércios locais; por vezes, abandonam seus modos de vida, perdendo o sentido de ser camponês, enquanto ser social (STEDILE, 2011). A paisagem materializa esse reordenamento territorial:

casas abandonadas, vendas de terras, terras sendo adquiridas para chácaras, sítios e fazendas de fins-de-semana. Como estratégias de saída e resistência ao caráter exploratório do capital, os camponeses buscam na cidade formas de reprodução social, inclusive como possibilidade de permanecer seres sociais do campo. As migrações, sazonal e pendular, são referências a isso.

O camponês E. S., por exemplo, inserido na parcela jovem da população brasileira, se apresenta enquanto andarilho, disponível para o trabalho sucroalcooleiro nas usinas paulistas, em curtos períodos do ano, retornando para o Nordeste quando dispensado. Sua condição de camponês é resistida através dos retornos sazonais, acumulando parcelas modestas de capital e bens para o sustento no campo, e sujeitando-se aos mais degradantes serviços para a sobrevivência: cargas horárias extenuantes, salários baixos, condições péssimas de moradia, pouco ou nenhum acesso aos direitos trabalhistas.

Ao lado desses ‘jovens andarilhos’, encontram-se os trabalhadores que se deslocam do campo diariamente para as áreas urbanas em busca de fontes de sustento; são os chamados pendulares, que habitam o campo nos horários de descanso e fins-de-semana, e se valem da força de trabalho para serviços informalizados e/ou precários; são os feirantes, os que fazem jogos de sorte/azar, moto-táxis, vendedores ambulantes, os jovens que trabalham em supermercados, lojas de roupas e serviços em geral, redes de *fast-food*, cabelereiros, manicures e uma ampla e heterogênea classe-que-vive-do-trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2004).

A camponesa G.A., por exemplo, planta, colhe e raspa a mandioca; mas também em dias de quartas-feiras, sábados e domingos comercializa frangos abatidos, em sua própria residência e na feira municipal do município limítrofe de São Domingos, configurando-se na principal fonte de extração de renda, sem a perda de sua condição de ser social camponês. Fica claro, portanto, que a leitura sobre a atual realidade do campo no município de Campo do Brito/Sergipe, apontou para uma tendência à sujeição de camponeses em atividades informais: trabalho por conta própria, ‘bicos’, subcontratação, terceirização. Desse modo, tornam-se comuns os deslocamentos pendulares para áreas urbanas, reconfigurando a relação dialética campo-cidade; concomitante ao gradual desaparecimento de práticas de manejo do solo, saberes sobre a lavoura e modos de ser e (re) produzir o campo e o camponês.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a partir da PNAD 2013, existiam 77.365 empregados no meio rural sergipano, sendo 7.233 em condições formais (carteira de trabalho assinada) e 70.132 em condições informais, ou de ‘anormais’ (carteira não assinada). O camponês, desterritorializado pela automação das

forças produtivas, pelo uso de métodos de manejo do solo a partir de venenos e pela difusão do discurso de modernização do espaço agrário, sujeita-se à mobilidade do trabalho, à superfluidade do labor e ao caráter andarilho do ir e vir dos caminhos. Enquanto sujeitos supérfluos, territorializam-se em espaços urbanos ou no próprio campo, não somente em atividades agropecuárias, e sim, como informais, enquadrando-se em um amplo e heterogêneo contingente de trabalhadores: moto-táxis, atendentes em lojas, terceirizados em fábricas locais e usineiros:

(...) ou seja, é precisamente o fato de não visar o lucro de sua atividade econômica, mas a reprodução do grupo familiar, mesmo quando é dono da propriedade jurídica da terra, que permite respostas adaptativas às crises, recorrendo até mesmo ao trabalho acessório não agrícola e à migração. Situações que, a princípio, seriam indícios de descamponização, mas que, na prática, se convertem em estratégias de resistência, um negar-se para continuar sendo aquilo que nunca deixaram de ser (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 21).

Os números revelam que a condição de informalidade, na maioria das vezes, associada ao âmbito urbano, configura-se em tendência ascendente no campo brasileiro. As formas precárias de trabalho, caracterizadas por ofícios de curta duração, acabam sendo aceitas pelos trabalhadores, que não conseguem empregos intrínsecos ao cultivo da terra. A baixa escolaridade e a remuneração pífia também são elementos considerados ao analisarmos a informalidade no campo, pois, em 2013, os 2.383.473 milhões de empregados rurais sem carteira assinada recebiam em média R\$ 579,20; muito abaixo dos R\$ 1.120,79 recebidos pelos 1.612.917 milhões de empregados rurais com carteira assinada (DIEESE, 2013).

Trata-se de grande retrocesso nas condições de trabalho, alcançadas em décadas de lutas dos trabalhadores, que apenas com a Constituição de 1988 tiveram seus direitos equiparados ao do trabalhador urbano e que, antes disso, contaram com o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, conquistado após os conflitos agrários dos anos 50 (BUZATO; PINTO, 2017, p.1).

No âmbito dos trabalhadores rurais sem carteira assinada, 276.462 estão ligados aos serviços, o que pode incluir bicos, pequenos favores, a exemplo de faxineiros, moto-táxis, bicheiros, auxiliares em geral, vendedores ambulantes, etc. Um núcleo amplo e heterogêneo de pessoas, que para resistirem no campo se deslocam diariamente para cumprirem suas funções e sobreviverem, materializando deslocamentos interurbanos, entrecampos e campo-cidade (THOMAZ JUNIOR, 2004). Uma realidade que nos faz resgatar a afirmação deste autor quando diz que:

(...) quase tudo que até meados dos anos 80 era considerado ilegal, como vínculo de trabalho sem carteira assinada ou sem registro, contrato temporário, instabilidade, jornada com duração variável, ganharam não somente a dimensão da legalidade, mas também a chancela da legitimidade (THOMAZ JUNIOR, 2004, p. 8).

As formas atuais de valorização do valor trazem embutidos novos modos de geração da mais-valia (em sua forma absoluta). Desse modo, o trabalho torna-se sobrando, descartável, expandindo o número de desempregados, deprimindo a remuneração da força de trabalho, retraindo o valor necessário à sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras (THOMAZ JUNIOR, 2004). No campo, onde persistem algumas formas não-capitalistas de produção, a terra é a garantia de sobrevivência, tendo um valor de uso atribuído ao próprio trabalho (OLIVEIRA, 2012); contudo, no contexto da reestruturação produtiva do capital, o que se assiste é um processo de precarização do trabalho em todos os âmbitos, econômico, físico, mental, emocional, etc. (DAL ROSSO, 2008; TAVARES, 2004; THOMAZ JUNIOR, 2004).

O modelo de acumulação flexível implica em utilização de técnicas cada vez mais inovadoras de produção para o encurtamento do ciclo do capital, com a modernização e aquisição de novos equipamentos. As visitas às comunidades e os relatos prévios possibilitaram visualizar e compreender que há um processo de alteração tecnológica em curso: a enxada é substituída pelas tecnologias e venenos. Diminuem-se as chances de trabalho camponês, seja na lavoura temporária ou permanente, e a informalidade, atrelada à precarização, torna-se um horizonte de busca de manutenção e realização das condições básicas para sobrevivência.

No quadro abaixo (quadro 01, a seguir) encontra-se a sistematização dos relatos mapeados em povoados de Campo do Brito, no território do Agreste Central Sergipano. O quadro fornece exemplos de sujeitos habitantes do campo, mas que desempenham funções não associadas ao cultivo e/ou trato com a terra. Trabalhadores que, na maioria dos casos, não estão assegurados pelos direitos trabalhistas, ameaçados de serem, a qualquer momento, substituídos por outra força de trabalho. Ou seja, é a concretização contemporânea da chamada dupla liberdade do trabalhador: vender seu esforço ou morrer de fome (MARX, 1974).

Trabalhador/localidade de residência	Atividade desempenhada
1. Trabalhador D – Povoado Gameleira, Campo do Brito	Faxineira em espaço de eventos na área urbana do município de Itabaiana
2. Trabalhador E – Povoado Gameleira, Campo do Brito	Faxineira em casa na área urbana do município de Itabaiana

3. Trabalhador F – Povoado Pilambe, Campo do Brito	Servente na empresa B Torneira, área urbana do município de Itabaiana
4. Trabalhador G – Povoado Pilambe, Campo do Brito	Auxiliar em creche em escola municipal do Povoado Gameleira
5. Trabalhador H – Povoado Gameleira, Campo do Brito	Oficineiro no próprio povoado
6. Trabalhador I – Povoado Pilambe, Campo do Brito	Auxiliar de pedreiro em várias localidades
7. Trabalhador J – Povoado Gameleira, Campo do Brito	Proprietário de mercearia no próprio povoado
8. Trabalhador L – Povoado Gameleira, Campo do Brito	Feirante na área urbana do município de São Domingos e vendedora de frangos abatidos na própria residência
9. Trabalhador M- Povoado Gameleira, Campo do Brito	Merendeira em escola municipal na área urbana de Campo do Brito e no Povoado Pilambe

Quadro 01 – Mapeamento de atividades desempenhadas por trabalhadores no espaço agrário do município de Campo do Brito. SE. Fonte: autoria própria, 2017.

Sobre o recorte espacial de análise, o espaço agrário é caracterizado pela presença de minifúndios, com roças de mandioca, amendoim e feijão, na maioria das propriedades, associados aos currais de gado e casas de produção de farinha de mandioca (RIBEIRO, 2017). O camponês consegue manter seu modo de vida através do plantio e colheita de culturas temporárias e da venda da farinha, além de agregar renda com a comercialização do gado:

A terra constitui seu principal objeto de trabalho, garantia da sua vida, tem valor de uso juntamente com o próprio trabalho, compreendem uma unidade natureza-homem representada pelo indissociável amor, apego à terra e no trabalho pelo prazer da atividade com sua família (OLIVEIRA, 2012, p. 22).

Porém, o avanço do capital enquanto relação social alcança até mesmo os povoados onde o campesinato resiste enquanto principal classe social: o discurso do ‘agro é pop’, representante dos grandes latifundiários, se materializa através de venenos, maquinário, concentração de terra, territorialização e monopolização, pobreza e fome.

Um mapeamento prévio na base de dados do Ministério do Trabalho (quadro 02) relevou que no Agreste Central Sergipano, em janeiro de 2017, somam-se 539 empregos formais em atividades ligadas à agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

Município	Admissões	Desligamentos	Empregos Formais (1º jan. 2017)
Areia Branca	300	325	130
Campo do Brito	351	385	80
Macambira	67	69	31
Moita Bonita	20	24	8
Malhador	34	33	15
Itabaiana	845	858	258
São Domingos	36	17	17

Quadro 02 – Dados sobre trabalho na Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2017.

Em Campo do Brito são 80 empregos formais; mas o que esses números podem informar, a princípio? A resposta se encontra na comparação com outros dados, a exemplo do número de habitantes rurais, calculados pelo último censo demográfico brasileiro, que no município analisado eram 8.419 habitantes. Desse modo, ao considerar que um elevado percentual desse contingente encontra-se ligado a algum tipo de trabalho, percebe-se que a informalidade é uma realidade visível no espaço agrário britense.

De acordo com Tavares (2002, p. 5): “o novo milênio inaugura a era do trabalho informal”. Contudo, deve-se atentar e fazer a devida crítica para com algumas leituras que consideram a informalidade sinônimo de autonomia e emancipação do trabalhador, podendo até chegar ao status de capitalistas (TAVARES, 2002). Tal visão acrítica traz consigo a ilusão de que o trabalhador adquire independência, simplesmente porque não sai de casa e não sofre uma vigilância no trabalho. Na verdade, o suposto ‘trabalho independente’ é executado segundo uma obrigação por resultados, portanto, sob rigoroso controle e sob maior exploração. Seja qual for a organização do trabalho nesta ordem, permanece inalterada a lei do valor (MARX, 1974; MÉSZÁROS, 2011).

Nesse contexto, a expansão da informalidade é funcional ao sistema. ‘Os fios invisíveis’ podem ser observados quando se ultrapassa o discurso falseado de autonomia. Deve-se observar que o trabalho informal não comporta apenas ocupações excluídas do trabalho coletivo, e menos ainda, que se restringe às atividades de estrita sobrevivência. Toda relação entre capital e trabalho na qual a compra da força de trabalho é dissimulada por mecanismos que descaracterizam a condição formal de assalariamento, dando a impressão de uma relação de compra e venda de mercadorias, configura-se um trabalho informal (OLIVEIRA; TARGINO, 2011).

Fica claro, portanto, que a informalidade deve ser considerada enquanto adaptação do trabalho às novas formas de obtenção de mais-valor/mais-valia, articulada à produção capitalista. Desse modo, a tendência é que, cada vez mais, o trabalho formal estável dê lugar ao trabalho precarizado, parcial, temporário, informal, fundamental para o sociometabolismo do capital, pois os custos de produção são transferidos para o sujeito vendedor de sua força de trabalho. Além disso, as formas precarizadas de trabalho informal se fazem enquanto processo universal; perceptível tanto nos países pobres, quanto nos países ricos. Nas grandes metrópoles, nas pequenas cidades e também no campo. Nessa discussão, tornam-se comuns os deslocamentos pendulares para áreas urbanas, reconfigurando a relação campo-cidade; concomitante ao gradual desaparecimento de práticas de manejo do solo, saberes sobre a lavoura e modos de ser e (re) produzir o campo e o camponês. As perspectivas são obscuras: fim do campo enquanto locus de resistência e de hábitos que vão na contramão das relações capitalistas de produção, que buscam o lucro acima de tudo?

Neste momento as perguntas se enumeram e as respostas necessitam serem buscadas para que se construa uma leitura crítica interdisciplinar, que possa oferecer argumentos sólidos confrontadores da expropriação do trabalho pelo capital. Uma relação doentia que pode ser comparada com a pintura de Francisco de Goya, em que Saturno devora o seu próprio filho, em uma macabra e desumana cena de negação de tudo o que se considera humano.

O capital, da mesma forma, consome a força humana para a sua sobrevivência e persistência na acumulação de valor e na produção de desigualdades, precarizando trabalho, informalizando camponeses, adoecendo-os, matando-os. Resta-se, portanto, a teoria, os relatos, as leituras e as análises sobre o espaço para a luta (em seus vários sentidos) seja concretizada e embasada criticamente. Portanto, a resistência dessa classe 'enigmática' emerge em distintos contextos históricos e espaciais: são os retirantes nordestinos personificados na pintura de Cândido Portinari e no clássico de João Cabral de Melo Neto, os assalariados rurais em atividades sucroalcooleiras, os catadores de resíduos recicláveis, os comerciantes informais, os trabalhadores das carvoarias, em fábricas terceirizadas, os camelôs, os que fazem bicos, os ambulantes e uma variedade de sujeitos que protagonizam a luta camponesa.

As perspectivas parecem forçar o fim do campo enquanto espaço de resistência e de hábitos que vão na contramão das relações capitalistas de produção. A face contemporânea capitalista no campo funde o novo e o velho, o arcaico e o moderno pela nova divisão territorial imposta. Tanto o trabalho como trabalhador, em suas diversas manifestações, são elementos



centrais para descortinar tal mudança. Seja na resistência ou na mobilidade, a subsunção ao capital é o alimento de toda a lógica da produção na simbiose campo-cidade, que garante a extração de mais-valia em novos formatos.

Referências

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: Ensaios de Sociologia do Trabalho. 2 ed. Londrina: Práxis, 2007. 288p.
- ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e a sua Concha**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2005. 135p.
- BUZATO, Heldi; PINTO, Luís Fernando Guedes. Fim dos direitos no campo? **Revista Le Monde Diplomatique Brasil** (online), 2017. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/fim-dos-direitos-no-campo/>. Acesso em: 09 set. 2017.
- CANDIDO PORTINARI, **Retirantes** (Retirantes), 1944. Óleo s/ tela 190 x 180 cm. Col. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand São Paulo, Brasil.
- DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. Estudos & Pesquisas, n. 74, out. 2014.
- FRANCISCO GOYA, **Saturno Devorando um Filho**, 1819-1823. Óleo s/ reboco 146 cm x 83 cm. Col. Museu do Prado, Madrid, Espanha.
- IBGE, **Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, quarto trimestre de 2016. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso: 04 abr. 2017.
- MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- MÉSZARÓS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **O Sentido Formativo da Geografia**. Instituto de Estudos Avançados, USP, pp. 1-13, 2009.
- NETO, João Cabral de Melo. **Morte e Vida Severina**. São Paulo: Alfaguara, 2007. 176p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63-110.

Comentado [A1]: Coloque apenas as utilizadas no texto. Confira as datas com a da referencia, tenho impress



OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011. 410p.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. O trabalho na mediação homem-natureza. In: CARVALHO, Marcia Eliane Silva; SANTOS, Ana Rocha dos (orgs.). **O fazer geográfico**: teoria e prática. São Cristóvão: Editora UFS, 2013. p. 15-43.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 112p.

RIBEIRO, Bruno Andrade. **Localização do município de Campo do Brito, Sergipe**. Mapa produzido por Bruno Andrade Ribeiro, Universidade Federal de Sergipe, ago. 2017.

_____. O modo de ser camponês na expressão das metamorfoses do trabalho no século XXI. **Anais do II SBGA** - Simpósio Baiano de Geografia Agrária, Salvador, Bahia, 03 a 05 de julho de 2017. Disponível em: <https://2sbga2017.ufba.br/arquivos-anais>. Acesso em: 09 set. 2017.

SANTOS, Fabrícia de Oliveira. A “REVISTA AGRÍCOLA, ÓRGÃO DA SOCIEDADE SERGIPANA DE AGRICULTURA” E A ESTRATÉGIA DA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CAMPO EM SERGIPE, 1905-1908: "por em commum as 'luzes' e experiências". **Tese de Doutorado**. São Cristóvão, SE: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), 2012. p. 21-33.

STÉDILE, João Pedro; Estevam Douglas. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 15-31.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Revista GeoSul**, Florianópolis, v. 19, n. 37, p 7-26, jan. /jun. 2004.